

Governo alerta para ingovernabilidade

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney pretende usar uma cadeia de rádio e televisão para falar sobre as despesas criadas pela Constituinte e explicar por que o Governo teme que alguns dispositivos aprovados criem uma situação de ingovernabilidade no País. Ele vai alinhar dados que recolheu junto a cada Ministério sobre os reflexos das decisões dos Constituintes.

O impacto das medidas aprovadas pela Constituinte sobre as despesas do Governo só pode ser financiado com a elevação das taxas de inflação, o aumento da carga tributária ou a expansão do déficit público. Essas foram as consequências apontadas ontem pelo Ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes, que participa dos levantamentos, realizados pelo Executivo, da repercussão das decisões dos Constituintes sobre as contas da União.

Ximenes reuniu-se ontem à noite com o Ministro Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para discutir mais detalhadamente o documento preliminar sobre o assunto, encaminhado na última sexta-feira pela área econômica ao Palácio do Planalto.

O Ministro do Planejamento, João Batista Abreu, que também apresentou à Presidência estudos realizados

pelos técnicos de sua área sobre os reflexos da nova Carta na economia, preferiu qualificar como parciais os levantamentos realizados até agora pelo Governo sobre o custo das medidas da Constituinte. Abreu informou que sua participação nesses estudos já foi concluída, tanto que não esteve presente à reunião de ontem à noite com Costa Couto.

— Alguns pontos aprovados pela Constituinte não são passíveis de mensuração — afirmou o Ministro do Planejamento.

Outras fontes da área econômica explicaram que o total de quase CZ\$ 3 trilhões estimado como custo adicional para o Governo com a nova Constituição está relacionado, basicamente, às mudanças na área tributária, à anistia de dívidas contraídas durante o Plano Cruzado, ao financiamento da Previdência Social e às novas vantagens conferidas aos servidores públicos.

Somente as reformas tributárias, com o aumento das transferências obrigatórias a Estados e Municípios, somadas aos efeitos da anistia fiscal a devedores do Imposto de Renda e ao perdão da correção monetária nos créditos para pequenos empresários rurais e urbanos, respondem por CZ\$ 2 trilhões do total avaliado para os custos.

No caso da Previdência Social, em que pesem os argumentos contrapostos pelo Ministro da Pasta, Renato Archer, as fontes da área econômica sustentam o diagnóstico de um impacto de CZ\$ 400 bilhões em suas contas. O fato de os recursos do Finsocial estarem destinados integralmente à Previdência na nova Constituição não significa, alegam as fontes da área econômica, que o impacto tenha deixado de existir.

— E o caso típico de desvestir um santo para vestir o outro — resume um dos técnicos consultados, sob a alegação de que não há fontes de recursos para sustentar os gastos com merenda escolar, antes cobertos pelo Finsocial.

Na área dos servidores públicos sustentados com recursos da União, o aumento dos gastos com salários é calculado em mais de CZ\$ 300 bilhões, com base nas despesas acumuladas do primeiro semestre deste ano, o que significa aumentar em cerca de 50 por cento a folha de pessoal coberta pelo Orçamento da União. Esse impacto justifica-se, basicamente, pela isonomia de vencimentos concedida aos servidores públicos que cumprem funções semelhantes, de acordo com o artigo 40 do novo texto constitucional.

Sarney ainda não tem uma estratégia

BRASÍLIA — O levantamento das despesas criadas pela Constituinte encomendado pelo Presidente Sarney a seus assessores é o grande argumento em defesa da supressão de dispositivos que o Governo considera prejudiciais à sua ação e ao País. Em sucessivas reuniões durante o fim de semana, foram avaliados os primeiros números levantados e ontem à noite, ao sair do Palácio da Alvorada, o Deputado Expedito Machado (PMDB-CE) disse que Sarney já definiu o que precisa ser mudado, embora não tenha, ainda, estabelecido uma estratégia para convencer os Constituintes. Expedito não acredita que esteja nos planos do Governo o retardamento da promulgação da nova Carta ou uma estratégia que acarrete o recomeço de todo o trabalho de elaboração do projeto constitucional.

Embora não se tenha definido a forma como o levantamento das despesas vai ser utilizado, é muito provável que a partir de hoje as lideranças partidárias recebam cópias do documento que está sendo preparado pelo Executivo. Assessores do Palácio do Planalto dizem que o Presidente, como Chefe da Nação, usará todos os meios para convencer os Constituintes e garantir meios de governabi-

lidade para o último ano de sua gestão e para os seus sucessores.

O Ministro Prisco Viana diz que ainda não há decisão tomada a respeito dos destinatários do levantamento. Mas garante que quem recebê-lo não vai encontrar qualquer consideração sobre algum dos dispositivos aprovados no primeiro turno.

— O Presidente não se manifestará contra ou a favor de qualquer decisão da Constituinte. O que se pretende é fornecer subsídios que nem sempre a Assembleia pode conseguir — disse Prisco.

A decisão sobre o destino e a forma de utilização dos relatórios encaminhados ao Palácio do Planalto deve ser tomada em reunião das lideranças do Governo e dos Ministros mais chegados ao Presidente, provavelmente hoje no Palácio da Alvorada.

Ontem à noite, assessores do Ministro Ronaldo Costa Couto não confirmavam a convocação de qualquer reunião. Ele recebia, em sua residência, a visita do Consultor Geral da República, Saulo Ramos, e esperava a chegada do Ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes — o que mais trabalhou no levantamento dos custos.

'Buraco negro' ameaça o 2º turno

BRASÍLIA — Uma reunião de todos os líderes partidários na Constituinte, às 10h de hoje, na sala do Presidente da Assembleia, Deputado Ulysses Guimarães, é a primeira tentativa de abrir caminho para acordos que permitam a rápida votação do projeto da Carta aprovado no primeiro turno. Os constituintes terão que votar 1.530 emendas supressivas, 53 para sanar omissões, 56 para corrigir erros, 105 para sanar contradições e 94 emendas de adequação de linguagem. Para o Relator auxiliar da Constituinte, Senador José Fogaça (PMDB-RS), o momento inicial do segundo turno será decisivo.

— Agota corremos o risco do buraco negro total e absoluto.

A maior dificuldade será a identificação de pontos convergentes de todas as correntes. As questões mais polêmicas, como a reforma agrária, os direitos dos trabalhadores, as reservas de mercado, as definições de empresa nacional e estrangeira e os direitos de cada uma delas devem provocar, outra vez, grandes debates e gerar muita pressão.

As sessões do segundo turno começarão às 14h30m, de segunda a quinta-feira, e poderão durar até às 22h.



Sem quorum de 280 votos, plenário não vota texto aprovado no primeiro turno

Para garantir tempo aos constituintes, que sempre alegam compromissos com bases eleitorais para se ausentarem de Brasília, não haverá sessões às sextas-feiras nem nos finais de semana.

Na reunião de lideranças, quarta-

feira, ficou acertado que o projeto aprovado no primeiro turno será votado globalmente. Ulysses não acha difícil obter os 280 votos necessários à aprovação do projeto.

— Esse texto foi votado depois de exaustivas votações e negociações.

O dilema: aprovar ou começar de novo

Quando for colocado em votação o corpo do projeto de Constituição, ressalvados os destaques, a Constituinte estará vivendo um momento limite. Se não obtiver 280 votos a favor, o texto que demorou 18 meses para ser feito estará condenado e não terá nova oportunidade, pelo atual Regimento, de ser votado. Com o texto, caem por terra os destaques que são fruto das quase 2 mil emendas apresentadas pelos constituintes. Para sanar este "buraco negro", o Relator auxiliar, Senador José Fogaça (PMDB-RS) tem uma solução drástica:

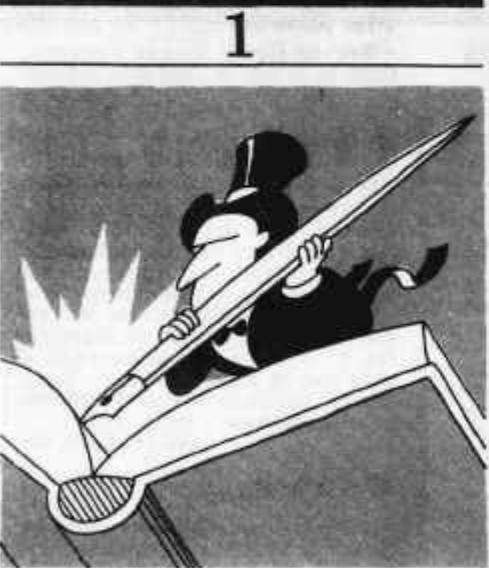
— A Constituinte deve convocar eleições gerais em 30 dias para zerrar o País.

Desta forma, uma nova Assembleia poderia funcionar livremente somente sob o signo de um novo Governo eleito diretamente.

— Haveria a necessidade de uma eleição que modificasse toda a estrutura política do País porque foi demonstrado que o atual Governo, como remanescente de uma estrutura intocada, não permitiu o funcionamento soberano da Constituinte.

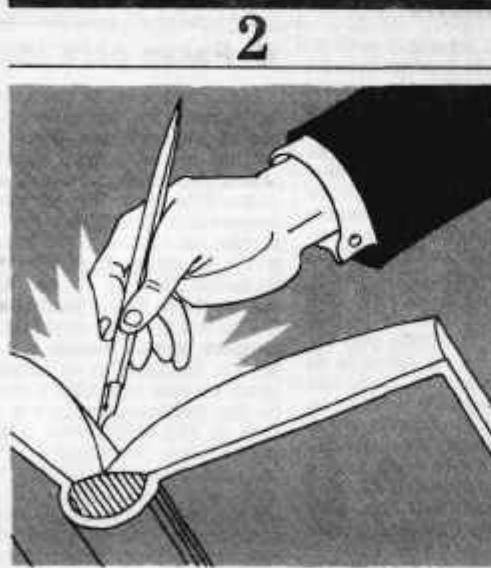
O "buraco negro" total e absoluto, no entanto, para Fogaça, é "o absurdo dos absurdos" e não deverá ocorrer embora exista um risco presente. O Regimento Interno, por exemplo, que previa alternativas para os "buracos negros", durante a votação do primeiro turno, não oferece qualquer alternativa de salvação para o texto, caso ele não consiga 280 votos favoráveis já na primeira votação.

Ainda existe a possibilidade de uma sessão sistemática em plenário não dar o quorum de 280 presentes para votação.



1 Empresários se dividem contra o nacionalismo

BRASÍLIA — Dois grupos de empresários vão se confrontar no segundo turno. Contra os privilégios concedidos às empresas de capital nacional, a nacionalização do subsolo, a reserva de mercado, as limitações ao capital internacional e pela supressão do tabelamento de juros está a União Brasileira de Empresários (UBE). Integradas nessa luta, estão as multinacionais, que hoje, às 20h30m exibem, em todas as redes de televisão, um programa sobre a importância do capital internacional no Brasil. Mas as grandes empresas precisarão neutralizar a atuação da Câmara Brasileira de Empresas de Capital Nacional, que será criada quarta-feira, em Brasília. Nascida de articulações da Federação Fluminense de Pequenas e Médias Empresas (Flupeme), a entidade vai brigar também pela manutenção do artigo que garante preferência às empresas nacionais nas compras do Governo.



2 Governo tenta a todo custo salvar receita

BRASÍLIA — Para definir a preocupação do Governo com o segundo turno de votação da Constituinte, vale o lugar comum: o Presidente Sarney corre contra o tempo. No fim de semana, o Governo ficou envolvido na avaliação de documentos que vão embasar o que Sarney pretende seja seu último e definitivo argumento para convencer os constituintes de que eles aprovaram dispositivos que impõem situações de ingovernabilidade e de despesas "infinanciáveis", como define o Ministro interino da Fazenda, Paulo Cesar Ximenes. Para complicar, não surgiu, para o segundo turno, qualquer emenda propondo mudança substancial no capítulo da distribuição da receita tributária, a maior pedra colocada pela Constituinte nos sapatos do Governo. As poucas emendas apresentadas serão submetidas ao plenário com parecer contrário do Relator, Deputado Bernardo Cabral.



3 Esquerda vota de olho em teses partidárias

BRASÍLIA — A primeira emenda a ser colocada em votação, no capítulo da reforma agrária, é a grande bandeira da esquerda na Constituinte. O pedido de destaque para votação em separado, registrado com o número 1 é para a emenda da liderança do PMDB que pretende suprimir o artigo que impede a desapropriação de empresas produtivas. A corrente mais progressista da Assembleia vai brigar para manter no texto dispositivos que considera fundamentais em seus programas partidários. O direito de greve e as licenças-maternidade e paternidade são pontos considerados intocáveis pelas esquerdas, que vão brigar, também pela manutenção da nacionalização do subsolo e por alguns privilégios às empresas de capital nacional. Uma negociação que os progressistas podem aceitar é na definição da jornada máxima de seis horas para os turnos de revezamento.